

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1634407 - DF (2016/0281079-9)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : GERSON CARTAPATTI
AGRAVANTE : OMAR XAVIER DE MENDONCA
ADVOGADOS : ROSANA RIBEIRO JÁCOME - DF019616
CAROLINE DANTE RIBEIRO - DF031766
BRUNO ALMEIDA RODRIGUES SODRE E OUTRO(S) -
DF040328
DAYSE RODRIGUES MANSO - DF041403
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : ORLANDO DESTRO
INTERES. : MILTON LOUREIRO DE MACEDO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. BENEFÍCIOS RECEBIDOS DE ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. CONTRIBUINTES INATIVOS. ISENÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. A Primeira Seção, no julgamento do REsp n. 1.012.903/RJ, sob o regime de recursos repetitivos, firmou a orientação de que "é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º/01/1989 a 31/12/1995" (Tema n. 62/STJ).

2. De acordo com a jurisprudência desta Corte, "o direito de não se submeter à dupla tributação foi conferido a quem estava em atividade no período de 1989 a 1995, não sendo extensível àqueles que se encontravam na inatividade" (REsp 1.761.163/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 17/12/2018).

3. Hipótese em que o Tribunal de origem limitou a restituição do imposto de renda às contribuições efetivadas à entidade de previdência privada, no período de jan/1989 a dez/1995, durante o período de atividade.

4. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o

Superior Tribunal de Justiça

Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 18 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator